Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão dos Orçamentos

2025/2247(BUI)

23.3.2026

ALTERAÇÕES
1 - 99

Projeto de relatório
Michalis Hadjipantela
(PE785.303v01-00)

Previsão de receitas e despesas para o exercício de 2027 — Secção I — Parlamento Europeu
(2025/2247(BUI))

Alteração 1
Céline Imart, Nadine Morano, Christophe Gomart

Proposta de resolução
Citação 1-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Protocolo n.º 6, anexo aos Tratados, relativo à localização das sedes das instituições e de certos órgãos, organismos e serviços da União Europeia,

Or. en

Alteração 2
Fabienne Keller, Lucia Yar

Proposta de resolução
Citação 11-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o conjunto de reformas propostas pela Presidente Metsola em 16 de junho de 2025,

Or. en

Alteração 3
Victor Negrescu

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que o Parlamento Europeu deve assegurar que os recursos disponíveis sejam canalizados, a título prioritário, para ações que reforcem a sua capacidade de combater a desinformação e a manipulação da informação e ingerência estrangeiras, apoiem a

elaboração de políticas baseadas em dados concretos e reforcem a sensibilização dos cidadãos, em particular dos jovens e dos grupos vulneráveis;

Or. en

Alteração 4
Kai Tegethoff, Maria Ohisalo

Proposta de resolução
Considerando D-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-A. Considerando que os serviços de acolhimento de crianças do Parlamento sofreram mudanças sucessivas de contratantes, incluindo a rescisão prematura de um contrato; que as informações comunicadas por trabalhadores e sindicatos apontam para um grande absentismo, uma elevada rotatividade e uma fraca satisfação do pessoal;

Or. en

Alteração 5
Victor Negrescu

Proposta de resolução
Considerando D-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	D-B. Considerando que é essencial envidar mais esforços de comunicação e sensibilização, nomeadamente na vizinhança da União, em particular na região da Parceria Oriental, no sentido de promover a resiliência democrática, a literacia mediática e a participação dos cidadãos;

Or. en

Alteração 6
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. ***Está preocupado com a*** situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que as limitações ***são*** o resultado ***dos cortes aplicados pelo Conselho à proposta inicial da Comissão, que já era muito baixa, apresentada aquando da adoção do acordo*** sobre o QFP 2021-2027***; lamenta a oposição do Conselho à proposta da Comissão de aumentar o limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP a partir de 2024; salienta a incapacidade*** de ***resolver o problema*** do ***limite máximo*** da ***rubrica 7 na revisão do QFP***; ***realça*** que ***a margem negativa prevista para 2027 implica o recurso*** a ***instrumentos especiais previstos na rubrica 7 para o efeito***;	1. ***Toma nota da*** situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que as limitações ***existentes refletem*** o resultado ***das negociações*** sobre o QFP 2021-2027 ***e a necessidade*** de ***assegurar a disciplina orçamental global; salienta que qualquer ajustamento*** do ***limite máximo deve ser cuidadosamente avaliado à luz*** de ***prioridades concorrentes e*** do ***objetivo*** da ***sustentabilidade das finanças públicas***; ***sublinha*** que ***o recurso a instrumentos especiais deve continuar*** a ***ser excecional, devidamente justificado e limitado a circunstâncias imprevistas***;

Or. en

Alteração 7
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Está preocupado com a situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que as ***limitações*** são o resultado ***dos cortes aplicados pelo Conselho à proposta inicial*** da ***Comissão, que já era muito baixa, apresentada aquando*** da ***adoção do acordo sobre o QFP 2021-2027***; ***lamenta*** a oposição do Conselho à proposta da Comissão de aumentar o limite máximo da	1. Está preocupado com a situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que as ***restrições*** são o resultado ***de uma despesa excessiva por parte*** da ***União e*** da ***relutância política em ter em conta os alertas***; ***regista*** a oposição do Conselho à proposta da Comissão de aumentar o limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP a partir de 2024;

rubrica 7 na revisão do QFP a partir de 2024; ***salienta a incapacidade de resolver o problema do limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP; realça que a margem negativa prevista para 2027 implica o recurso a instrumentos especiais previstos na rubrica 7 para o efeito;***

Or. en

Alteração 8
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Está preocupado com a situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que ***as limitações são o resultado dos cortes*** aplicados pelo Conselho à proposta inicial da Comissão, ***que já era muito baixa,*** apresentada aquando da adoção do acordo sobre o QFP 2021-2027; ***lamenta*** a oposição do Conselho à proposta da Comissão de aumentar o limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP a partir de 2024; salienta a incapacidade de resolver o problema do limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP; ***realça que a margem negativa prevista para 2027 implica o recurso a instrumentos especiais previstos na rubrica 7 para o efeito;***	1. Está preocupado com a situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que ***os cortes adequados,*** aplicados pelo Conselho à proposta inicial da Comissão, apresentada aquando da adoção do acordo sobre o QFP 2021-2027; ***congratula-se com*** a oposição do Conselho à proposta da Comissão de aumentar o limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP a partir de 2024; salienta a incapacidade de resolver o problema do limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP;

Or. en

Alteração 9
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*

1. Está preocupado com a situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que as limitações são o resultado dos cortes aplicados pelo Conselho à proposta inicial da Comissão, que já era muito baixa, apresentada aquando da adoção do acordo sobre o QFP 2021-2027; lamenta a oposição do Conselho à proposta da Comissão de aumentar o limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP a partir de 2024; salienta a incapacidade de resolver o problema do limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP; realça que a margem negativa prevista para 2027 implica o recurso a instrumentos especiais previstos na rubrica 7 para o efeito;	1. Está preocupado com a situação da rubrica 7 do atual QFP; recorda que as limitações são o resultado dos cortes aplicados pelo Conselho à proposta inicial da Comissão, que já era muito baixa, apresentada aquando da adoção do acordo sobre o QFP 2021-2027***, bem como o impacto acumulado de uma inflação superior ao previsto ao longo de vários anos***; lamenta a oposição do Conselho à proposta da Comissão de aumentar o limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP a partir de 2024; salienta a incapacidade de resolver o problema do limite máximo da rubrica 7 na revisão do QFP; realça que a margem negativa prevista para 2027 implica o recurso a instrumentos especiais previstos na rubrica 7 para o efeito;

Or. en

Alteração 10
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Recorda que quase dois terços do orçamento são fixos devido a obrigações estatutárias; relembra que a Comissão, em conformidade com o Estatuto dos Funcionários e o Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu, prevê atualmente uma indexação salarial de 2,2 % para julho de 2026 e de 2,3 % para julho de 2027;	2. Recorda que quase dois terços do orçamento são fixos devido a obrigações estatutárias; relembra que a Comissão, em conformidade com o Estatuto dos Funcionários e o Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu, prevê atualmente uma indexação salarial de 2,2 % para julho de 2026 e de 2,3 % para julho de 2027***, que está totalmente desligada da realidade que a maioria dos nossos concidadãos enfrenta, os quais não beneficiam dessa indexação***;

Or. en

Alteração 11

Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Constata que, do aumento de 60,6 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2026, um aumento de 33,3 milhões de EUR se deve a obrigações financeiras estatutárias, principalmente a atualizações das remunerações de funcionários e agentes temporários (16,2 milhões de EUR), bem como de agentes contratuais (1,7 milhões de EUR); ***assinala*** que, a partir de 2027, está prevista uma ajuda direta excecional para cada estagiário afetado ao Luxemburgo (até 500 EUR por mês de estágio), a fim de os ajudar a fazer face ao aumento dos custos de habitação;	3. Constata que, do aumento de 60,6 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2026, um aumento de 33,3 milhões de EUR se deve a obrigações financeiras estatutárias, principalmente a atualizações das remunerações de funcionários e agentes temporários (16,2 milhões de EUR), bem como de agentes contratuais (1,7 milhões de EUR); ***congratula-se igualmente, neste contexto, com o facto de*** que, a partir de 2027, está prevista uma ajuda direta excecional para cada estagiário afetado ao Luxemburgo (até 500 EUR por mês de estágio), a fim de os ajudar a fazer face ao aumento dos custos de habitação; ***acolhe com agrado a decisão da Mesa de renunciar à indexação do subsídio para despesas gerais para 2026, permitindo assim poupanças significativas nos custos estatutários, e solicita o mesmo para 2027;***

Or. en

Alteração 12
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Constata que, do aumento de 60,6 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2026, um aumento de 33,3 milhões de EUR se deve a obrigações financeiras estatutárias, principalmente a atualizações das remunerações de funcionários e agentes temporários	3. Constata que, do aumento de 60,6 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2026, um aumento de 33,3 milhões de EUR se deve a obrigações financeiras estatutárias, principalmente a atualizações das remunerações de funcionários e agentes temporários

(16,2 milhões de EUR), bem como de agentes contratuais (1,7 milhões de EUR); assinala que, a partir de 2027, está prevista uma ajuda direta excecional para cada estagiário afetado ao Luxemburgo (até 500 EUR por mês de estágio), a fim de os ajudar a fazer face ao aumento dos custos de habitação;

(16,2 milhões de EUR), bem como de agentes contratuais (1,7 milhões de EUR); assinala que, a partir de 2027, está prevista uma ajuda direta excecional para cada estagiário afetado ao Luxemburgo (até 500 EUR por mês de estágio), a fim de os ajudar a fazer face ao aumento dos custos de habitação; ***solicita à administração que avalie a viabilidade de alargar este subsídio de habitação a todos os estagiários do Parlamento, independentemente do seu local de trabalho, a fim de assegurar a igualdade de oportunidades e a acessibilidade para os jovens de diferentes contextos socioeconómicos, em particular no contexto do aumento do custo de vida em Bruxelas e Estrasburgo;***

Or. en

Alteração 13
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Constata que, do aumento de 60,6 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2026, um aumento de 33,3 milhões de EUR se deve a obrigações financeiras estatutárias, principalmente a atualizações das remunerações de funcionários e agentes temporários (16,2 milhões de EUR), bem como de agentes contratuais (1,7 milhões de EUR); assinala que, a partir de 2027, está prevista uma ajuda direta excecional para cada estagiário afetado ao Luxemburgo (até 500 EUR por mês de estágio), a fim de os ajudar a fazer face ao aumento dos custos de habitação;	3. Constata que, do aumento de 60,6 milhões de EUR em comparação com o orçamento de 2026, um aumento de 33,3 milhões de EUR se deve a obrigações financeiras estatutárias, principalmente a atualizações das remunerações de funcionários e agentes temporários (16,2 milhões de EUR), bem como de agentes contratuais (1,7 milhões de EUR); assinala que, a partir de 2027, está prevista uma ajuda direta excecional para cada estagiário afetado ao Luxemburgo (até 500 EUR por mês de estágio), a fim de os ajudar a fazer face ao aumento dos custos de habitação; ***observa que este é um forte argumento para ter em conta os custos reais ao considerar os locais de atividade***

da UE;

Or. en

Alteração 14
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Toma nota de que o montante previsto para o subsídio de assistência parlamentar é estimado com base nas tendências históricas; frisa que os deputados não podem, em circunstância alguma, ser privados do seu direito de utilizar plenamente este subsídio, em conformidade com as regras aplicáveis, devido à indisponibilidade desta rubrica orçamental; solicita ao secretário-geral que acompanhe de perto a situação, informe a Comissão dos Orçamentos sobre a execução da rubrica orçamental e tome medidas pertinentes em caso de risco de insuficiência de recursos financeiros;

Or. en

Alteração 15
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Faz notar que o aumento das despesas não estatutárias entre 2026 e 2027 é de ***2,89 %***;	5. Faz notar que o aumento das despesas não estatutárias entre 2026 e 2027 é de ***2,0 %, em conformidade com os requisitos interinstitucionais***;

Or. en

Alteração 16
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. ***Faz notar*** que o aumento das despesas não estatutárias entre 2026 e 2027 é de 2,89 %;	5. ***Lamenta*** que o aumento das despesas não estatutárias entre 2026 e 2027 é de 2,89 %; ***observa que, em vez de um aumento, o Parlamento Europeu deve procurar reduzir o orçamento, tendo em conta as muitas dificuldades financeiras que os cidadãos europeus enfrentam atualmente;***

Or. en

Alteração 17
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. ***Saúda*** o trabalho em curso do secretário-geral em matéria de cooperação administrativa, planeamento e simplificação, destinado a reforçar a eficiência, uma utilização eficiente dos recursos e a realizar economias sempre que possível; solicita ao secretário-geral que forneça regularmente à Comissão dos Orçamentos informações atualizadas sobre a execução do plano de ação para a simplificação administrativa e o seu impacto em termos de orçamento e de pessoal;	6. ***Regista*** o trabalho em curso do secretário-geral em matéria de cooperação administrativa, planeamento e simplificação, destinado a reforçar a eficiência, uma utilização eficiente dos recursos e a realizar economias sempre que possível; solicita ao secretário-geral que forneça regularmente à Comissão dos Orçamentos informações atualizadas sobre a execução do plano de ação para a simplificação administrativa e o seu impacto em termos de orçamento e de pessoal;

Or. en

Alteração 18
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Saúda o trabalho em curso do secretário-geral em matéria de cooperação administrativa, planeamento e simplificação, destinado a reforçar a eficiência, uma utilização eficiente dos recursos e a realizar economias ***sempre que possível***; solicita ao secretário-geral que forneça regularmente à Comissão dos Orçamentos informações atualizadas sobre a execução do plano de ação para a simplificação administrativa ***e*** o seu impacto ***em termos de*** orçamento e ***de*** pessoal;	6. Saúda o trabalho em curso do secretário-geral em matéria de cooperação administrativa, planeamento e simplificação, destinado a reforçar a eficiência, ***a assegurar*** uma utilização eficiente dos recursos e a realizar economias***; apela à definição de objetivos claros e mensuráveis em matéria de ganhos de eficiência e de redução de custos***; solicita ao secretário-geral que forneça regularmente à Comissão dos Orçamentos informações atualizadas ***e pormenorizadas*** sobre a execução do plano de ação para a simplificação administrativa***, incluindo*** o seu impacto ***concreto no*** orçamento e ***no*** pessoal;

Or. en

Alteração 19
Moritz Körner

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Assinala que a existência de uma sede única do Parlamento reduziria drasticamente as emissões de CO_2 do Parlamento; salienta que a existência de uma sede única do Parlamento reduziria substancialmente o número de deslocações em serviço e os custos financeiros associados para os contribuintes europeus; recorda as numerosas declarações a favor de uma sede única do Parlamento Europeu, dado o valor simbólico de uma sede única em Bruxelas e as poupanças reais que seriam

alcançadas; reitera o seu apelo ao estabelecimento de uma sede única do Parlamento Europeu e o seu compromisso de iniciar um processo ordinário de revisão do Tratado nos termos do artigo 48.º do TUE, com vista a propor as alterações ao artigo 341.º do TFUE e ao Protocolo n.º 6, as quais são necessárias para permitir que o Parlamento decida sobre o local da sua sede e a sua organização interna:

Or. en

Alteração 20
Fabienne Keller, Joachim Streit, Lucia Yar

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Frisa que, atendendo ao contexto geopolítico e aos investimentos que a União terá de realizar em prol da sua autonomia estratégica, o Parlamento Europeu deve dar o exemplo na gestão do seu orçamento;

Or. en

Alteração 21
Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Realça a importância de assegurar uma utilização eficaz e eficiente do orçamento do Parlamento; apela ao reforço dos mecanismos de comunicação de informações para aumentar a transparência e a responsabilização;

Or. en

Alteração 22
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Toma nota da reafetação de recursos internos no que diz respeito ao número de lugares atribuídos (+15 % de 2024 a 2026)***, à*** dotação orçamental para o pessoal externo (rubrica 1400, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 8 milhões de EUR em 2027) e ao orçamento para peritos externos (rubrica 3200, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 7,7 milhões de EUR em 2027)***, por forma a reforçar os conhecimentos especializados prestados aos deputados***; pede ao secretário-geral que informe a Comissão dos Orçamentos regularmente sobre a evolução dos recursos nessas quatro novas direções-gerais;	8. Toma nota da reafetação de recursos internos no que diz respeito ao número de lugares atribuídos (+15 % de 2024 a 2026)***; lamenta profundamente a*** dotação orçamental para o pessoal externo (rubrica 1400, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 8 milhões de EUR em 2027) e ao orçamento para peritos externos (rubrica 3200, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 7,7 milhões de EUR em 2027); pede ao secretário-geral que informe a Comissão dos Orçamentos regularmente sobre a evolução dos recursos nessas quatro novas direções-gerais;

Or. en

Alteração 23
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Toma nota da reafetação de recursos internos no que diz respeito ao número de lugares atribuídos (+15 % de 2024 a 2026), à dotação orçamental para o pessoal externo (rubrica 1400, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 8 milhões de EUR em 2027) e ao orçamento para peritos externos (rubrica 3200, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 7,7 milhões de EUR em 2027), por	8. Toma nota da reafetação de recursos internos no que diz respeito ao número de lugares atribuídos (+15 % de 2024 a 2026), à dotação orçamental para o pessoal externo (rubrica 1400, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 8 milhões de EUR em 2027) e ao orçamento para peritos externos (rubrica 3200, de 3,2 milhões de EUR em 2024 para 7,7 milhões de EUR em 2027), por

forma a reforçar os conhecimentos especializados prestados aos deputados; pede ao secretário-geral que ***informe a*** Comissão dos Orçamentos ***regularmente*** sobre a evolução dos recursos nessas quatro novas direções-gerais;	forma a reforçar os conhecimentos especializados prestados aos deputados; ***frisa a necessidade de assegurar que estes aumentos continuem a ser justificados e proporcionados e confiram um claro valor acrescentado;*** pede ao secretário-geral que ***forneça regularmente à*** Comissão dos Orçamentos ***informações atualizadas e pormenorizadas*** sobre a evolução ***e utilização*** dos recursos nessas quatro novas direções-gerais***, incluindo o valor acrescentado das mesmas***;
	Or. en

Alteração 24
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Realça o papel crucial dos grupos políticos na disponibilização de conhecimentos especializados e de apoio político aos deputados no seu trabalho legislativo e parlamentar; sublinha a necessidade de garantir o importante objetivo de reforçar a capacidade do Parlamento para apoiar o trabalho dos deputados;
	Or. en

Alteração 25
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*

9. Observa que o orçamento global para as TI representa 7,6 % do orçamento total da previsão de receitas e despesas para 2027, e ascende a 205 milhões de EUR; sublinha a importância de dispor de uma boa infraestrutura de cibersegurança em tempos conturbados no plano geopolítico; recorda o aumento gradual previsto das dotações financeiras destinadas à cibersegurança para 10 % do orçamento do Parlamento dedicado às TIC; assinala que esse aumento previsto deve ser aplicado o mais rapidamente possível;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 26
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. ***Observa*** que o montante total atribuído à cibersegurança é de 16,9 milhões de EUR, o que inclui um aumento de 55 % da rubrica centralizada para a cibersegurança em comparação com 2026; ***relembra que os investimentos em cibersegurança são cruciais para proteger a voz democrática do Parlamento e da União;***	10. ***Lamenta*** que o montante total atribuído à cibersegurança é de 16,9 milhões de EUR, o que inclui um aumento de 55 % da rubrica centralizada para a cibersegurança em comparação com 2026;

Or. en

Alteração 27
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*

10. Observa que o montante total atribuído à cibersegurança é de 16,9 milhões de EUR, o que inclui um aumento de 55 % da rubrica centralizada para a cibersegurança em comparação com 2026; relembra que os investimentos em cibersegurança são cruciais para proteger a voz democrática do Parlamento e da União;	10. ***Sublinha que a cibersegurança do Parlamento é uma prioridade fundamental em tempos de incerteza geopolítica;*** observa que o montante total atribuído à cibersegurança é de 16,9 milhões de EUR, o que inclui um aumento de 55 % da rubrica centralizada para a cibersegurança em comparação com 2026; relembra que os investimentos em cibersegurança são cruciais para proteger a voz democrática do Parlamento e da União;

Or. en

Alteração 28
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Observa que o montante total atribuído à cibersegurança é de 16,9 milhões de EUR, o que inclui um aumento de 55 % da rubrica centralizada para a cibersegurança em comparação com 2026; relembra que os investimentos em cibersegurança são cruciais para proteger a voz democrática do Parlamento e da União;	10. Observa que o montante total atribuído à cibersegurança é de 16,9 milhões de EUR, o que inclui um aumento de 55 % da rubrica centralizada para a cibersegurança em comparação com 2026; relembra que os investimentos em cibersegurança são cruciais para proteger a voz democrática do Parlamento e da União ***e assegurar o bom funcionamento do Parlamento Europeu***;

Or. en

Alteração 29
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Frisa que o Parlamento deve estar	11. Frisa que o Parlamento deve estar

na vanguarda da adoção de métodos de trabalho mais digitais; acolhe com satisfação os investimentos na inteligência artificial (IA) no montante de um milhão de EUR; preconiza o aumento da utilização da IA, a fim de obter ganhos de eficiência e reforçar a soberania neste domínio; destaca o potencial da IA para a simplificação dos processos administrativos; incentiva o desenvolvimento de orientações e salvaguardas claras que garantam a implantação responsável e transparente da IA, ao promover a inovação sem deixar de respeitar os direitos fundamentais, a segurança e a responsabilização; observa que o desenvolvimento da IA será acompanhado de perto, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Mesa;	na vanguarda da adoção de métodos de trabalho mais digitais; acolhe com satisfação os investimentos na inteligência artificial (IA) no montante de um milhão de EUR; preconiza o aumento da utilização da IA, a fim de obter ganhos de eficiência e reforçar a soberania neste domínio; destaca o potencial da IA para a simplificação dos processos administrativos; incentiva o desenvolvimento de orientações e salvaguardas claras que garantam a implantação responsável e transparente da IA, ao promover a inovação sem deixar de respeitar os direitos fundamentais, a segurança e a responsabilização; observa que o desenvolvimento da IA será acompanhado de perto, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Mesa; ***frisa que os investimentos em IA devem centrar-se não só na eficiência administrativa, mas também no reforço da transparência democrática e da participação dos cidadãos; apela ao desenvolvimento de ferramentas baseadas na IA para fornecer a tradução em tempo real dos debates e sínteses simplificadas dos dossiês legislativos em todas as línguas oficiais, tornando o trabalho do Parlamento mais acessível ao público em geral e às pessoas com deficiência;***

Or. en

Alteração 30
Fabienne Keller, Joachim Streit, Lucia Yar

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Frisa que o Parlamento deve estar na vanguarda da adoção de métodos de trabalho mais digitais; acolhe com satisfação os investimentos na inteligência artificial (IA) no montante de um milhão de EUR; preconiza o aumento da utilização	11. Frisa que o Parlamento deve estar na vanguarda da adoção de métodos de trabalho mais digitais; acolhe com satisfação os investimentos na inteligência artificial (IA) no montante de um milhão de EUR; preconiza o aumento da utilização

da IA, a fim de obter ganhos de eficiência e reforçar a soberania neste domínio; destaca o potencial da IA para a simplificação dos processos administrativos; incentiva o desenvolvimento de orientações e salvaguardas claras que garantam a implantação responsável e transparente da IA, ao promover a inovação sem deixar de respeitar os direitos fundamentais, a segurança e a responsabilização; observa que o desenvolvimento da IA será acompanhado de perto, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Mesa;	da IA, a fim de obter ganhos de eficiência e reforçar a soberania neste domínio***, tendo simultaneamente em conta os riscos conexos, inclusivamente para a ética e a proteção de dados; salienta que a implantação da IA deve garantir um equilíbrio entre a inovação e as salvaguardas necessárias***; destaca o potencial da IA para a simplificação dos processos administrativos; incentiva o desenvolvimento de orientações e salvaguardas claras que garantam a implantação responsável e transparente da IA, ao promover a inovação sem deixar de respeitar os direitos fundamentais, a segurança e a responsabilização; observa que o desenvolvimento da IA será acompanhado de perto, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Mesa;

Or. en

Alteração 31
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Frisa que o Parlamento deve estar na vanguarda da adoção de métodos de trabalho mais digitais; acolhe com satisfação os investimentos na inteligência artificial (IA) no montante de um milhão de EUR; preconiza o aumento da utilização da IA, a fim de obter ganhos de eficiência e reforçar a soberania neste domínio; destaca o potencial da IA para a simplificação dos processos administrativos; incentiva o desenvolvimento de orientações e salvaguardas claras que garantam a implantação responsável e transparente da IA, ao promover a inovação sem deixar de respeitar os direitos fundamentais, a segurança e a responsabilização; observa que o desenvolvimento da IA será	11. Frisa que o Parlamento deve estar na vanguarda da adoção de métodos de trabalho mais digitais; acolhe com satisfação os investimentos na inteligência artificial (IA) ***de círculo fechado*** no montante de um milhão de EUR; preconiza o aumento da utilização da IA, a fim de obter ganhos de eficiência e reforçar a soberania neste domínio; destaca o potencial da IA para a simplificação dos processos administrativos; incentiva o desenvolvimento de orientações e salvaguardas claras que garantam a implantação responsável e transparente da IA, ao promover a inovação sem deixar de respeitar os direitos fundamentais, a segurança e a responsabilização; observa

acompanhado de perto, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Mesa;	que o desenvolvimento da IA será acompanhado de perto, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Mesa;

Or. en

Alteração 32
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 12-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-A. Assinala a necessidade crítica de dar prioridade à contratação pública de soluções digitais e de cibersegurança europeias, a fim de assegurar uma verdadeira soberania digital; manifesta a sua preocupação pela falta de clareza quanto à questão de saber se a administração realizou uma avaliação formal dos riscos no que diz respeito à dependência contínua do Parlamento de fornecedores não europeus; salienta que a transição para infraestruturas europeias é essencial para manter os dados parlamentares sob a proteção jurídica da UE, reforçar o ecossistema tecnológico local e proteger as instituições democráticas de interferências externas; realça ainda que, à luz do crescente incumprimento da regulamentação da UE, da prevalência de robôs digitais e da hostilidade manifesta da sua liderança em relação à União, o valor acrescentado de manter uma presença na plataforma X está a diminuir rapidamente; solicita que os recursos atualmente consagrados a esta plataforma sejam reafetados a canais de comunicação mais seguros e cumpridores;

Or. en

Alteração 33
Fabienne Keller, Lucia Yar

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. ***Regozija-se com*** a nova abordagem em matéria de política imobiliária, que está a ser consolidada em vez de adquirir novos edifícios, tendo em consideração a sustentabilidade, a acessibilidade e a mobilidade;	13. ***Reconhece*** a nova abordagem em matéria de política imobiliária, que está a ser consolidada em vez de adquirir novos edifícios, tendo em consideração a sustentabilidade, a acessibilidade e a mobilidade;

Or. en

Alteração 34
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. ***Regozija-se com*** a nova abordagem em matéria de política imobiliária, que está a ser consolidada em vez de adquirir novos edifícios, tendo em consideração a sustentabilidade, a acessibilidade e a mobilidade;	13. ***Regista*** a nova abordagem em matéria de política imobiliária, que está a ser consolidada em vez de adquirir novos edifícios, tendo em consideração a sustentabilidade, a acessibilidade e a mobilidade;

Or. en

Alteração 35
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Regozija-se com a nova abordagem em matéria de política imobiliária, que está a ser consolidada em vez de adquirir novos	13. Regozija-se com a nova abordagem em matéria de política imobiliária, que está a ser consolidada em vez de adquirir novos

edifícios, tendo em consideração a sustentabilidade, a acessibilidade e a mobilidade;	edifícios, tendo em consideração a sustentabilidade, a acessibilidade e a mobilidade ***dos deputados e do pessoal, bem como dos visitantes***;

Or. en

Alteração 36
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. ***Regista*** que a renovação do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; ***sublinha que*** estes custos não ***estão*** incluídos no orçamento de 2027;	14. ***Lamenta*** que a renovação do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027***, especialmente com base num empréstimo***; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; ***manifesta o seu espanto pelo facto de*** estes custos não ***estarem*** incluídos no orçamento de 2027;

Or. en

Alteração 37
Céline Imart, Nadine Morano, Christophe Gomart

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Regista que a renovação do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; sublinha que estes custos não estão incluídos no orçamento de 2027;	14. Regista que a renovação do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; sublinha que estes custos não estão incluídos no orçamento de 2027; ***observa que as obras de renovação reduzirão temporariamente***

a disponibilidade de infraestruturas parlamentares em Bruxelas; recorda que o Parlamento dispõe de instalações plenamente operacionais em Estrasburgo, sede do Parlamento Europeu; entende que, num contexto de restrições orçamentais, a utilização ótima das infraestruturas existentes deve orientar as decisões relacionadas com as infraestruturas; considera, por conseguinte, que, durante o período de renovação, um maior recurso a estas instalações poderia assegurar a continuidade das atividades parlamentares, contribuindo simultaneamente para uma organização das obras eficiente em termos de custos; assinala a necessidade de assegurar uma utilização equilibrada dos locais de trabalho do Parlamento;

Or. en

Alteração 38
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Regista que a renovação do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; sublinha que estes custos não estão incluídos no orçamento de 2027;	14. Regista que a renovação do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; sublinha que estes custos não estão incluídos no orçamento de 2027; ***destaca a necessidade de assegurar um controlo rigoroso dos custos, a transparência e a observância do orçamento previsto durante a execução do projeto;***

Or. en

Alteração 39
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Regista que a renovação do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; sublinha que estes custos não estão incluídos no orçamento de 2027;	14. Regista que a renovação ***ambiental*** do edifício SPAAK começará a ser realizada a partir de 2027; constata que o orçamento global para a renovação foi fixado em 455 milhões de EUR e que estão previstos 77,67 milhões de EUR para 2027; sublinha que estes custos não estão incluídos no orçamento de 2027;

Or. en

Alteração 40
Julien Sanchez, Angéline Furet

Proposta de resolução
N.º 14-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-A. Opõe-se à renovação do edifício SPAAK do Parlamento Europeu em Bruxelas, tal como decidida pela Mesa em dezembro de 2023, com um custo total estimado de 455 milhões de EUR, dos quais 77,67 milhões de EUR estão previstos para 2027; recorda que Estrasburgo é a sede oficial do Parlamento Europeu; salienta que a manutenção de um sistema de sede dupla continua a resultar numa dispersão orçamental injustificável; solicita, por conseguinte, a centralização das atividades em Estrasburgo, o que contribuiria para reduzir as duplicações financeiras decorrentes da existência de dois locais e permitiria a reafetação destes fundos substanciais para apoiar as pequenas e médias empresas (PME);

Or. en

Alteração 41
Julien Sanchez, Angéline Furet

Proposta de resolução
N.º 14-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-B. Manifesta preocupação pela ausência de uma repartição pormenorizada dos custos da renovação prevista do edifício SPAAK, do Parlamento Europeu em Bruxelas, que se estimam entre 455 milhões de EUR e 490 milhões de EUR; destaca que essa falta de transparência é particularmente problemática para um projeto desta envergadura e levanta preocupações quanto a potenciais derrapagens de custos, nomeadamente à luz das derrapagens de custos observadas em vários projetos de construção europeus anteriores (Berlaymont, edifício Europa, Tribunal de Justiça, EMA, KAD II, etc.);

Or. en

Alteração 42
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. ***Toma nota de*** que o Parlamento tenciona contrair empréstimos, notadamente junto do Banco Europeu de Investimento, para o financiamento do projeto de renovação do edifício SPAAK; regista que, no orçamento para 2027, estão incluídos custos relacionados com juros (3,17 milhões de EUR) e com o reembolso	15. ***Lamenta profundamente*** que o Parlamento tenciona contrair empréstimos, notadamente junto do Banco Europeu de Investimento, para o financiamento do projeto de renovação do edifício SPAAK; regista que, no orçamento para 2027, estão incluídos custos relacionados com juros (3,17 milhões de EUR) e com o reembolso

do capital (0,65 milhões de EUR); insta a administração a manter a Comissão dos Orçamentos devidamente informada sobre as taxas de juro aplicáveis aos empréstimos e o planeamento a longo prazo do reembolso do capital;	do capital (0,65 milhões de EUR); insta a administração a manter a Comissão dos Orçamentos devidamente informada sobre as taxas de juro aplicáveis aos empréstimos e o planeamento a longo prazo do reembolso do capital;

Or. en

Alteração 43
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. Toma nota de que o Parlamento tenciona contrair empréstimos, notadamente junto do Banco Europeu de Investimento, para o financiamento do projeto de renovação do edifício SPAAK; regista que, no orçamento para 2027, estão incluídos custos relacionados com juros (3,17 milhões de EUR) e com o reembolso do capital (0,65 milhões de EUR); insta a administração a manter a Comissão dos Orçamentos devidamente informada sobre as taxas de juro aplicáveis aos empréstimos e o planeamento a longo prazo do reembolso do capital;	15. Toma nota de que o Parlamento tenciona contrair empréstimos, notadamente junto do Banco Europeu de Investimento, para o financiamento do projeto de renovação do edifício SPAAK; regista que, no orçamento para 2027, estão incluídos custos relacionados com juros (3,17 milhões de EUR) e com o reembolso do capital (0,65 milhões de EUR); ***insiste em que os custos não diretamente relacionados com as obras de renovação também sejam indicados e orçamentados com clareza;*** insta a administração a manter a Comissão dos Orçamentos devidamente informada sobre as taxas de juro aplicáveis aos empréstimos e o planeamento a longo prazo do reembolso do capital;

Or. en

Alteração 44
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. Toma nota de que o Parlamento	15. Toma nota de que o Parlamento

tenciona contrair empréstimos, notadamente junto do Banco Europeu de Investimento, para o financiamento do projeto de renovação do edifício SPAAK; regista que, no orçamento para 2027, estão incluídos custos relacionados com juros (3,17 milhões de EUR) e com o reembolso do capital (0,65 milhões de EUR); insta a administração a manter a Comissão dos Orçamentos devidamente informada sobre as taxas de juro aplicáveis aos empréstimos e o planeamento a longo prazo do reembolso do capital;	tenciona contrair empréstimos, notadamente junto do Banco Europeu de Investimento, para o financiamento do projeto de renovação do edifício SPAAK; regista que, no orçamento para 2027, estão incluídos custos relacionados com juros (3,17 milhões de EUR) e com o reembolso do capital (0,65 milhões de EUR); insta a administração a manter a Comissão dos Orçamentos devidamente informada sobre as taxas de juro aplicáveis aos empréstimos e o planeamento a longo prazo do reembolso do capital; ***assinala a necessidade de minimizar os custos dos empréstimos, de assegurar uma gestão prudente da dívida e de evitar encargos orçamentais indevidos a longo prazo;***

Or. en

Alteração 45
Julien Sanchez, Angéline Furet

Proposta de resolução
N.º 15-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	15-A. Opõe-se firmemente à intenção do Parlamento de recorrer à contração de empréstimos, inclusivamente junto do Banco Europeu de Investimento, para financiar o projeto de renovação do edifício Spaak; condena o recurso à contração de empréstimos para financiar despesas administrativas não essenciais, o que constitui uma gestão orçamental irresponsável e representa um encargo financeiro injustificado para os orçamentos futuros e, em última análise, para os contribuintes europeus; sublinha que o orçamento para 2027 já inclui custos relacionados com juros (3,17 milhões de EUR) e reembolsos de capital (0,65 milhões de EUR), o que

conduz a um aumento sustentado das despesas administrativas; preconiza o abandono do recurso à contração de empréstimos para este projeto;

Or. en

Alteração 46
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. ***Lamenta os atrasos na*** criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; ***toma nota do novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos; solicita***, ***com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que*** o seu ***desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos*** de ***custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos a compreender melhor o funcionamento das instituições da União;***	16. ***Opõe-se à*** criação de ***mais*** espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; ***observa*** que, ***se o Parlamento Europeu fizesse*** o seu ***trabalho democrático*** de ***forma adequada, tais espaços não seriam necessários***;

Or. en

Alteração 47
Tobiasz Bocheński

Proposta de resolução

N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. ***Lamenta os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros;*** toma nota do novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta ***a importância*** de ***assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos***; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o ***seu*** desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; ***relembra*** que ***os espaços Europa Experience deveriam ajudar*** os cidadãos ***a*** compreender melhor o funcionamento das instituições da União;	16. Toma nota do novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta ***que, no atual contexto*** de ***restrições económicas e de evolução da comunicação digital, o valor acrescentado e a necessidade de mais centros «Europa Experience» físicos devem ser cuidadosamente reavaliados***; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o desenvolvimento e funcionamento ***desses centros*** continuem a ser eficazes em termos de custos; ***entende*** que ***deve ser dada prioridade à otimização e racionalização dos recursos existentes, em vez da expansão da rede, assegurando simultaneamente que*** os cidadãos ***possam*** compreender melhor o funcionamento das instituições da União ***através de canais mais eficientes e modernos***;

Or. en

Alteração 48
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. ***Lamenta*** os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; toma nota do novo conceito ***destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience»,*** aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025***, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os***	16. ***Regista*** os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; toma nota do novo conceito aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025***; destaca a necessidade de avaliar cuidadosamente a relação custo-eficácia e o valor acrescentado dos centros*** «Europa Experience» ***antes de avançar para sua implantação***; ***apela a***

espaços «Europa Experience» ***ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma*** a ***atrair os cidadãos***; ***solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o seu desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos*** a ***compreender melhor o funcionamento das instituições*** da União;

uma abordagem prudente e proporcionada, dando prioridade aos locais em que seja possível demonstrar uma procura e um impacto claros; sublinha a ***importância*** de ***evitar duplicações desnecessárias com as estruturas de informação existentes*** a ***nível nacional ou*** da União;

Or. en

Alteração 49
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Lamenta os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; ***toma nota do*** novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o seu desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos a	16. Lamenta os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; ***congratula-se com o*** novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o seu desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos a

compreender melhor o funcionamento das instituições da União;	compreender melhor o funcionamento das instituições da União;

Or. en

Alteração 50
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Lamenta os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; toma nota do novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o seu desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos a compreender melhor o funcionamento das instituições da União;	16. Lamenta os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; toma nota do novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o seu desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos a compreender melhor o funcionamento das instituições da União ***e os nossos valores comuns***;

Or. en

Alteração 51
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Lamenta os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; toma nota do novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o seu desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos a compreender melhor o funcionamento das instituições da União;	16. Lamenta os atrasos na criação de espaços «Europa Experience» em todos os Estados-Membros; toma nota do novo conceito destinado a otimizar a utilização dos espaços «Europa Experience», aprovado pela Mesa em 31 de março de 2025, tendo em conta as diferentes situações nos Estados-Membros; salienta a importância de assegurar que os espaços «Europa Experience» ofereçam uma experiência atrativa aos visitantes por forma a atrair os cidadãos; solicita, com caráter prioritário, a criação de centros «Europa Experience» nos Estados-Membros mais afastados dos três locais de trabalho, assegurando simultaneamente que o seu desenvolvimento e funcionamento continuem a ser eficazes em termos de custos; relembra que os espaços Europa Experience deveriam ajudar os cidadãos a compreender melhor o funcionamento das instituições da União; ***destaca a necessidade de uma utilização eficiente das dotações orçamentais atribuídas a estes centros, a fim de assegurar uma comunicação de elevado impacto; sublinha que o financiamento deve dar prioridade à divulgação de informações factuais e acessíveis sobre o impacto a nível local das políticas da UE, representando um instrumento eficaz em termos de custos para proteger a integridade democrática da União contra a desinformação;***

Or. en

Alteração 52
Julien Sanchez, Angéline Furet

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Rejeita a criação de espaços «Europa Experience», pois considera-os um desperdício inaceitável de fundos públicos em detrimento das verdadeiras prioridades dos cidadãos europeus; salienta que a manutenção de custos elevados para estas infraestruturas, amplamente subutilizadas, constitui uma gestão ineficiente e irresponsável dos recursos orçamentais; denuncia o interesse limitado por estes centros, cuja afluência a continua ser marginal, e critica a sua utilização como instrumento de propaganda para promover uma União cada vez mais centralizada em detrimento da soberania dos Estados-Membros; rejeita qualquer tentativa de alargar esta iniciativa onerosa; apela à cessação de qualquer investimento adicional nestes espaços;

Or. en

Alteração 53
Karlo Ressler, Monika Hohlmeier, Andrzej Halicki, Siegfried Mureşan, Sandra Kalniete, Rasa Juknevičienė, Nils Ušakovs, Roberts Zīle

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Reitera o seu apoio à construção de um memorial pan-europeu em Bruxelas para as vítimas dos regimes totalitários do século XX e solicita à Mesa que analise esta questão com vista à adoção de uma decisão;

Or. en

Alteração 54
Julien Sanchez, Angéline Furet

Proposta de resolução
N.º 16-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-B. Rejeita as despesas excessivas relacionadas com a manutenção, o funcionamento, a limpeza e o consumo de energia dos gabinetes de ligação e dos espaços Europa Experience, que refletem um desperdício claro e irresponsável dos recursos dos contribuintes europeus; lamenta esta gestão orçamental pouco rigorosa, em que os fundos públicos são desbaratados em infraestruturas dispendiosas e desnecessárias, sem qualquer justificação tangível ou benefícios reais para os cidadãos;

Or. en

Alteração 55
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Congratula-se com os objetivos do sistema de gestão ambiental do Parlamento (EMAS) para 2025-2029 e apela à adoção de medidas adequadas para os aplicar em tempo útil;

Or. en

Alteração 56
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. ***Regista o orçamento*** de 8,97 milhões de EUR ***destinado*** a investimentos em ***prol da*** eficiência energética e ***do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027***, ***a fim*** de ***melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios***; ***observa*** que ***tal corresponde*** a ***um aumento*** de ***6,1 % em comparação com o orçamento*** de ***2026***;	17. ***Opõe-se à afetação*** de 8,97 milhões de EUR a investimentos em eficiência energética e ***medidas ambientais nas estimativas para 2027; considera que o aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento*** de ***2026 não se justifica num contexto de crescentes restrições orçamentais***; ***salienta que as despesas administrativas relacionadas com as políticas ambientais no Parlamento não devem constituir uma prioridade; solicita a supressão destas despesas e uma redução global dos custos administrativos do Parlamento; denuncia a utilização excessiva de fundos públicos sem uma avaliação rigorosa do seu impacto concreto; solicita uma análise exaustiva da pertinência e da relação custo-eficácia dos investimentos ambientais antes de serem assumidos quaisquer novos compromissos financeiros;*** Or. en

Alteração 57
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. ***Regista*** o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, ***a fim de melhorar*** o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026;	17. ***Lamenta*** o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, ***pois não melhorará*** o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026; ***opõe-se fortemente à utilização do orçamento para despesas do regime de compensação das emissões de carbono do Parlamento Europeu (quase um milhão de euros);***

Or. en

Alteração 58
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Regista o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, a fim de melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026;	17. ***Recorda que os investimentos em eficiência energética são um veículo importante para reduzir os custos da energia e, por conseguinte, gerar poupanças importantes; acolhe favoravelmente e incentiva os investimentos em energias renováveis e a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis — em particular, tendo em conta o contexto geopolítico — e incentiva a que sejam refletidos na próxima estratégia imobiliária plurianual;*** regista o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, a fim de melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026; ***congratula-se com o facto de o Parlamento ter instalado e continuar a instalar painéis solares fotovoltaicos para aumentar ainda mais a quota de energias renováveis produzidas no local, a fim de alcançar o objetivo de 25 %, e solicita mais investimentos em sistemas de energias renováveis, em consonância com o objetivo pertinente do EMAS;***

Or. en

Alteração 59
Fabienne Keller, Lucia Yar

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Regista o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, a fim de melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026;	17. ***Congratula-se com os objetivos do sistema de gestão ambiental do Parlamento (EMAS) para 2025-2029; recorda que os investimentos em eficiência energética constituem um bom método para obter uma boa relação qualidade/preço;*** regista o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, a fim de melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026;

Or. en

Alteração 60
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Regista o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, a fim de melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026;	17. Regista o orçamento de 8,97 milhões de EUR destinado a investimentos em prol da eficiência energética e do ambiente na previsão de receitas e despesas para 2027, a fim de melhorar o desempenho ambiental dos seus edifícios; observa que tal corresponde a um aumento de 6,1 % em comparação com o orçamento de 2026; ***assinala a necessidade de assegurar que esses investimentos proporcionem ganhos de eficiência mensuráveis e poupanças de custos a longo prazo;***

Or. en

Alteração 61
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Relembra que quase dois terços da pegada de carbono do Parlamento provêm do transporte de pessoas; observa com preocupação que as despesas de deslocação em serviço dos deputados e do pessoal ascenderam a 163,2 milhões de EUR em 2027, em comparação com 116 milhões de EUR em 2026; pede uma auditoria exaustiva das políticas de deslocações do Parlamento, bem como uma revisão das regras e práticas nesta matéria, com o objetivo geral de reduzir o número de deslocações em serviço e os custos financeiros e ambientais associados; insiste em que esta auditoria dê prioridade a uma abordagem descarbonizada das atividades oficiais e explore a possibilidade de um quadro de missão «digital primeiro»; solicita também, neste contexto, à Mesa que assegure que as reuniões extraordinárias das comissões em Estrasburgo sejam estritamente limitadas a circunstâncias excecionais e sejam devidamente justificadas antes de cada uma delas ser aprovada; saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de julho de 2025, pois tal constitui um passo positivo no sentido reduzir as emissões de CO_2;

Or. en

Alteração 62
Fabienne Keller, Lucia Yar

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Congratula-se com os investimentos em infraestruturas no âmbito das ações previstas em matéria de eficiência energética e de renovação ambiental previstas entre 2025 e 2029; lamenta, no entanto, que Bruxelas ainda não disponha de instalações com bombas de calor, que permitirão uma maior eficiência energética, custos de funcionamento mais baixos e uma redução das emissões de carbono em comparação com as caldeiras a combustíveis fósseis;

Or. en

Alteração 63
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 17-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-B. Incentiva os deputados a utilizar alternativas de transporte hipocarbónicas; reitera o seu apelo à revisão das medidas de aplicação do Estatuto dos Deputados, para que estes sejam reembolsados de bilhetes de avião flexíveis em classe económica quando viajem dentro da União, sendo aceites exceções para voos com origem e destino em regiões ultraperiféricas e voos de duração superior a quatro horas ou com uma ou mais escalas; observa que a deslocação de alguns deputados dos respetivos círculos eleitorais para os locais de trabalho do Parlamento implica longas viagens e apenas pode ser efetuada de avião;

Or. en

Alteração 64
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 17-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-C. Congratula-se com o aumento da utilização dos transportes públicos para as deslocações pendulares e, ao mesmo tempo, toma nota do aumento da procura do sistema de subsídios financeiros para os passes dos transportes públicos, em particular em Bruxelas, o que conduziu a um aumento das dotações; incentiva a que sejam equacionadas possíveis medidas para assegurar a utilização eficiente dos recursos, não só mantendo o regime, como também reforçando os modos de transporte sustentáveis para as deslocações pendulares;

Or. en

Alteração 65
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que continue a reduzir as emissões do Parlamento, sempre que se afigurar razoável, em lugar de adquirir créditos de carbono; saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de	***Suprimido***

junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2;

Or. en

Alteração 66
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que ***continue a reduzir as emissões do Parlamento, sempre que se afigurar razoável, em lugar de adquirir créditos de carbono; saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2***;	18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que ***suprima esta rubrica orçamental***;

Or. en

Alteração 67
Joachim Streit

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que continue a reduzir as emissões do Parlamento, sempre que se afigurar razoável, em lugar de adquirir créditos de carbono***; saúda a***	18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; ***salienta que deve ser dada prioridade a reduções efetivas das emissões na fonte e que a dependência de créditos de carbono deve limitar-se ao estritamente necessário;***

disponibilização de uma oferta de ***comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2***;	apela à administração para que continue a reduzir as emissões do Parlamento, sempre que se afigurar razoável, em lugar de adquirir créditos de carbono ***de forma eficiente em termos*** de ***custos e proporcionada; sublinha que uma maior redução das emissões depende igualmente da resolução das ineficiências estruturais relacionadas com os vário locais de trabalho do Parlamento***;

Or. en

Alteração 68
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. ***Constata que o orçamento destinado à aquisição*** de ***créditos*** de ***carbono***, ***estimado em*** 950 000 EUR para 2027***, aumentou novamente em comparação com 2026***; apela à administração para que continue a reduzir as emissões do Parlamento, sempre que se afigurar razoável, em lugar de adquirir créditos de carbono; ***saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2;***	18. ***Toma nota dos aumentos significativos dos preços do crédito*** de ***carbono que, com os atuais níveis*** de ***emissões***, ***exigiriam cerca de*** 950 000 EUR para 2027; apela à administração para que continue a reduzir as emissões do Parlamento, sempre que se afigurar razoável, em lugar de adquirir créditos de carbono;

Or. en

Alteração 69
Tobiasz Bocheński

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que ***continue*** a ***reduzir as emissões do Parlamento, sempre que se afigurar razoável, em lugar*** de ***adquirir*** créditos de carbono; saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2;	18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que ***dê prioridade*** a ***medidas proporcionadas e eficazes em termos de custos para gerir as emissões antes*** de ***recorrer à aquisição de*** créditos de carbono; saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2;

Or. en

Alteração 70
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que continue a reduzir as emissões do Parlamento, ***sempre que se afigurar razoável***, em ***lugar*** de ***adquirir*** créditos de carbono; saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2;	18. Constata que o orçamento destinado à aquisição de créditos de carbono, estimado em 950 000 EUR para 2027, aumentou novamente em comparação com 2026; apela à administração para que continue a reduzir as emissões do Parlamento, ***através de um aumento dos investimentos em sistemas de AVAC limpos***, ***nomeadamente*** em ***Bruxelas, a fim*** de ***evitar, sempre que possível, a compra de*** créditos de carbono; saúda a disponibilização de uma oferta de comboios melhorada para as deslocações em serviço a Estrasburgo, a partir de junho de 2025, pois constitui um passo positivo para reduzir as emissões de CO_2;

Or. en

Alteração 71
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 18-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-A. Considera que o Parlamento tem de dar o exemplo no apoio à mobilidade ativa do seu pessoal e apela aos serviços para que criem incentivos adicionais para as deslocações pendulares de bicicleta; congratula-se, a este respeito, com as ações inovadoras e bem-sucedidas, além dos parques de estacionamento para bicicletas, como o seminário participativo proposto sobre mecânica de bicicletas; entende que devem ser mantidos recursos humanos e financeiros suficientes para continuar a desenvolver essas ações além do que foi feito até à data;

Or. en

Alteração 72
Michalis Hadjipantela

Proposta de resolução
N.º 18-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-A. Toma nota do aumento da procura do sistema de subsídios financeiros para os passes dos transportes públicos, em particular em Bruxelas, o que conduz a um aumento das dotações; incentiva a que sejam equacionadas possíveis medidas para assegurar a utilização eficiente dos recursos, mantendo simultaneamente o regime;

Or. en

Alteração 73
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 18-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-B. Observa que uma parte significativa do orçamento do Parlamento é despendida para cobrir as despesas de deslocação em serviço dos deputados e do pessoal; pede uma reflexão dos órgãos do Parlamento sobre as práticas de deslocação em serviço, bem como uma revisão das regras e práticas nesta matéria, com o objetivo geral de reduzir o número de deslocações em serviço e os custos financeiros e ambientais associados; solicita, neste contexto, que os voos em classe executiva sejam limitados para os deputados e o pessoal, assim como a utilização dos voos nos casos em que seja possível viajar de comboio;

Or. en

Alteração 74
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 18-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-B. Recorda a importância do Programa «Escola embaixadora do Parlamento Europeu», que visa promover a participação ativa dos jovens europeus, e do programa de formação para jovens jornalistas — que, em homenagem a David Sassoli, tem o seu nome —, destinado a cimentar, entre os jornalistas, a compreensão do que é a União e do seu funcionamento, constituindo assim o

melhor antídoto contra a desinformação, tendo em conta as recentes tendências para um preocupante declínio da liberdade e da independência dos meios de comunicação social em toda a União;

Or. en

Alteração 75
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 18-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	18-D. Recorda que, desde 2018, o Parlamento tem votado sistematicamente no plenário no sentido de se contemplar o levantamento da proibição geral de os APA participarem em delegações e missões oficiais; lamenta que as decisões da Conferência dos Presidentes, de março de 2025, sobre as disposições de execução aplicáveis às missões fora dos três locais de trabalho do Parlamento Europeu não tenham acolhido o pedido do plenário; reitera, uma vez mais, o seu apelo à Conferência dos Presidentes e à Mesa para alterarem sem demora os artigos pertinentes do seu regulamento interno, a fim de permitir a participação de APA, para que estes possam acompanhar os deputados em missões oficiais e delegações fora dos três locais de trabalho do Parlamento, caso não tenha sido notificado oficialmente, ao Secretariado do Parlamento, qualquer membro do pessoal do seu grupo político representado na missão;

Or. en

Alteração 76
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Considera que o Parlamento deve assumir uma posição exemplar no que respeita aos direitos das pessoas com deficiência, enquanto empregador e instituição pública; congratula-se com a política do Parlamento que visa assegurar a utilização totalmente independente dos edifícios do Parlamento por pessoas com deficiência e apoia novas medidas e adaptações que sejam necessárias para tal; observa que o orçamento prevê 2,07 milhões de EUR para este efeito nos seus edifícios em Estrasburgo;	19. Considera que o Parlamento deve assumir uma posição exemplar no que respeita aos direitos das pessoas com deficiência, enquanto empregador e instituição pública; congratula-se com a política do Parlamento que visa assegurar a utilização totalmente independente dos edifícios do Parlamento por pessoas com deficiência e apoia novas medidas e adaptações que sejam necessárias para tal; observa que o orçamento prevê 2,07 milhões de EUR para este efeito nos seus edifícios em Estrasburgo; ***apela a uma abordagem de «conceção universal» em todos os novos projetos de infraestruturas e atualizações digitais, a fim de assegurar que o Parlamento Europeu continue a ser plenamente inclusivo enquanto local de trabalho e instituição; salienta que a acessibilidade deve ser um critério fundamental na renovação do edifício SPAAK e no desenvolvimento de todas as plataformas digitais;***

Or. en

Alteração 77
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 19-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-A. Considera que não deve ser atribuído nenhum subsídio para despesas gerais aos antigos deputados; insta, por conseguinte, à supressão do artigo 42.º, parágrafo 4, das Medidas de Aplicação do Estatuto dos Deputados;

Or. en

Alteração 78
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 19-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-A. Lamenta que a Casa da História Europeia tencione despender um milhão de euros no seu acervo, enquanto os cidadãos europeus atravessam tempos económicos difíceis;

Or. en

Alteração 79
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 19-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-B. Regozija-se com as recentes iniciativas, aprovadas pela Conferência dos Presidentes e pela Mesa, que autorizam as deputadas que se encontram em período perinatal a votar por procuração, reconhecendo que este é um passo positivo no sentido de uma maior inclusividade no trabalho parlamentar, e insta todas as partes a aplicarem esta medida com celeridade; insiste, contudo, em que esta medida peca por não atender aos reiterados apelos do Parlamento no sentido de assegurar o direito de voto não só para as deputadas no período perinatal, mas também para os deputados em licença parental ou de paternidade ou que se encontrem num período de doença prolongada, devidamente comprovada;

Or. en

Alteração 80
Kai Tegethoff

Proposta de resolução
N.º 19-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-B. Solicita à Mesa que reveja o regulamento e introduza um período de incompatibilidade para os antigos deputados, durante o qual não possam exercer atividades de representação de grupos de interesse ou de representação de caráter geral junto do Parlamento, que coincida com o período durante o qual os deputados recebem um subsídio de reintegração;

Or. en

Alteração 81
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 19-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-B. Manifesta profunda preocupação pelo facto de o Parlamento Europeu tencionar utilizar o orçamento em «convites a multiplicadores de opinião de países terceiros»; põe em causa a necessidade e a neutralidade política;

Or. en

Alteração 82
Kai Tegethoff, Maria Ohisalo

Proposta de resolução
N.º 19-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-C. Salienta que a externalização dos serviços de acolhimento de crianças do Parlamento a empresas com fins lucrativos conduziu à escassez de pessoal, ao absentismo excessivo, a condições de trabalho precárias e à rotação dos contratantes, prejudicando a qualidade, a continuidade e a estabilidade dos cuidados, o que, por sua vez, afeta diretamente o bem-estar e o desenvolvimento das crianças; observa ainda que a aplicação do direito do trabalho belga, que inclui calendários de férias diferentes dos do Parlamento, tem um efeito perturbador no bom funcionamento das creches; insta a Mesa e o secretário-geral a reconsiderarem o modelo de externalização do Parlamento para os serviços de acolhimento de crianças e a avaliarem a internalização progressiva do pessoal a partir de 2027 ou, caso seja mantida a externalização, a darem prioridade aos prestadores sem fins lucrativos e a introduzirem requisitos contratuais e de concurso mais rigorosos, que garantam normas laborais elevadas e justas, a transparência e o investimento adequado no pessoal, incluindo a formação, o desenvolvimento de competências e o bem-estar do pessoal;

Or. en

Alteração 83
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 19-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-C. Reitera que, por uma questão de

princípio, proporcionar condições de trabalho dignas ao pessoal externo deve ser uma prioridade nos contratos públicos do Parlamento; insta o secretário-geral a identificar meios concretos através dos quais o Parlamento possa contribuir para o objetivo de 80 % de cobertura da negociação coletiva, estabelecido na Diretiva relativa a salários mínimos da UE, nos seus países de acolhimento;

Or. en

Alteração 84
Auke Zijlstra

Proposta de resolução
N.º 19-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	19-C. Regista a intenção de despender 20 000 EUR num «Comité composto por personalidades independentes»; sublinha que o Parlamento Europeu deve utilizar o dinheiro nos cidadãos eminentes da Europa, não num clube de amigos políticos; questiona se as pessoas que estão a ser pagas são verdadeiramente independentes;

Or. en

Alteração 85
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Solicita uma vez mais ao secretário-geral que reitere o princípio fundamental de que todos os recrutamentos se devem basear na competência***, sem***	20. Solicita uma vez mais ao secretário-geral que reitere o princípio fundamental de que todos os recrutamentos se devem basear na competência; realça a

deixar de assegurar o equilíbrio geográfico entre todos os Estados-Membros em todas as categorias de pessoal; sublinha que uma representação geográfica equitativa é essencial para promover um serviço público verdadeiramente europeu; observa que o Parlamento tem tomado medidas para atingir este objetivo, em particular através da organização de concursos específicos por nacionalidade; realça a necessidade de acelerar os processos dos concursos, mantendo simultaneamente uma abordagem de seleção rigorosa baseada no mérito;	necessidade de acelerar os processos dos concursos, mantendo simultaneamente uma abordagem de seleção rigorosa baseada no mérito;

Or. en

Alteração 86
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Solicita uma vez mais ao secretário-geral que reitere o princípio fundamental de que todos os recrutamentos se devem basear na competência, sem deixar de assegurar o equilíbrio geográfico entre todos os Estados-Membros em todas as categorias de pessoal; sublinha que uma representação ***geográfica equitativa*** é essencial para promover um serviço público verdadeiramente europeu; observa que o Parlamento tem tomado medidas para atingir este objetivo, em particular através da organização de concursos específicos por nacionalidade; realça a necessidade de acelerar os processos dos concursos, mantendo simultaneamente uma abordagem de seleção rigorosa baseada no mérito;	20. Solicita uma vez mais ao secretário-geral que reitere o princípio fundamental de que todos os recrutamentos se devem basear na competência, sem deixar de assegurar o equilíbrio geográfico entre todos os Estados-Membros em todas as categorias de pessoal; sublinha que uma representação ***equitativa, inclusivamente no que toca à idade e ao género,*** é essencial para promover um serviço público verdadeiramente europeu; observa que o Parlamento tem tomado medidas para atingir este objetivo, em particular através da organização de concursos específicos por nacionalidade; realça a necessidade de acelerar os processos dos concursos, mantendo simultaneamente uma abordagem de seleção rigorosa baseada no mérito;

Or. en

Alteração 87
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Solicita uma vez mais ao secretário-geral que reitere o princípio fundamental de que todos os recrutamentos se devem basear na competência, sem deixar de assegurar o equilíbrio geográfico entre todos os Estados-Membros em todas as categorias de pessoal; sublinha que uma representação geográfica equitativa é essencial para promover um serviço público verdadeiramente europeu; observa que o Parlamento tem tomado medidas para atingir este objetivo, em particular através da organização de concursos específicos por nacionalidade; realça a necessidade de acelerar os processos dos concursos, mantendo simultaneamente uma abordagem de seleção rigorosa baseada no mérito;	20. Solicita uma vez mais ao secretário-geral que reitere o princípio fundamental de que todos os recrutamentos se devem basear na competência, sem deixar de assegurar o equilíbrio geográfico entre todos os Estados-Membros em todas as categorias de pessoal; sublinha que uma representação geográfica equitativa é essencial para promover um serviço público verdadeiramente europeu; observa que o Parlamento tem tomado medidas para atingir este objetivo, em particular através da organização de concursos específicos por nacionalidade; realça a necessidade de acelerar os processos dos concursos, mantendo simultaneamente uma abordagem de seleção rigorosa baseada no mérito; ***solicita um roteiro concreto, que contenha objetivos anuais claros e indicadores de acompanhamento, a fim de assegurar que todos os Estados-Membros estejam representados de forma justa a todos os níveis da administração, em particular nos quadros médios e superiores;***

Or. en

Alteração 88
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 20-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	20-A. Apela ao lançamento de um

projeto-piloto para combater a desinformação nos Estados-Membros particularmente expostos a ameaças híbridas, incluindo a Roménia, tendo em conta o impacto crescente da manipulação da informação e ingerência por parte de agentes estrangeiros, ligados, nomeadamente, à Federação da Rússia, na região, centrado na literacia digital, na cooperação com as autoridades locais, a sociedade civil e os meios de comunicação social independentes, bem como no desenvolvimento de instrumentos para identificar e combater campanhas coordenadas de manipulação, com o apoio financeiro adequado;

Or. en

Alteração 89
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 20-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	20-B. Solicita que sejam atribuídos recursos adicionais ao EPRS, a fim de reforçar a elaboração de políticas baseadas em dados concretos, nomeadamente através de uma melhor prospetiva, de avaliações de impacto e de resultados de investigação acessíveis aos deputados; apela igualmente à disponibilização de financiamento adequado para o Grupo de Reflexão, tendo em conta o seu contributo para a reflexão política e a análise de políticas a longo prazo no Parlamento Europeu;

Or. en

Alteração 90
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 20-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	20-C. Apela a uma maior sensibilização dos jovens, em particular através de iniciativas emblemáticas como o Programa «Escola embaixadora do Parlamento Europeu» (EPAS), incluindo campanhas de sensibilização e atividades educativas nas escolas para promover a literacia mediática e a resiliência contra a desinformação; solicita, neste contexto, um financiamento reforçado e específico para materiais educativos impressos, destinados a crianças oriundas de meios vulneráveis, incluindo em zonas rurais e desfavorecidas, a fim de melhorar o conhecimento da União Europeia e dos seus valores;

Or. en

Alteração 91
Victor Negrescu

Proposta de resolução
N.º 20-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	20-C. Apela ao reforço da antena do Parlamento Europeu na República da Moldávia através de um aumento dos recursos financeiros e humanos, a fim de melhorar a comunicação estratégica, apoiar a resiliência democrática e combater a desinformação na região;

Or. en

Alteração 92
Isabel Benjumea Benjumea

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Realça que o multilinguismo é um princípio fundamental no qual se baseia o trabalho do Parlamento; solicita que, quando adequado, o Parlamento tire partido das principais evoluções tecnológicas no domínio dos serviços relacionados com o multilinguismo, nomeadamente o desenvolvimento e a utilização da IA;	21. Realça que o multilinguismo é um princípio fundamental no qual se baseia o trabalho do Parlamento; ***recorda que o trabalho do Parlamento deve, por conseguinte, ser garantido nas 24 línguas oficiais da União;*** solicita que, quando adequado, o Parlamento tire partido das principais evoluções tecnológicas no domínio dos serviços relacionados com o multilinguismo, nomeadamente o desenvolvimento e a utilização da IA;

Or. en

Alteração 93
Julien Sanchez, Angéline Furet

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Rejeita o financiamento da rubrica orçamental relativa aos programas de reforço das capacidades dos parlamentos de países terceiros, ao programa para jovens líderes políticos de países terceiros, bem como aos convites alargados aos multiplicadores de opinião de países terceiros; considera que tal constitui uma interferência injustificada e uma despesa desnecessária, fora do âmbito do mandato do Parlamento Europeu; salienta que os fundos públicos estão a ser utilizados para atividades ideológicas com um valor acrescentado limitado, enquanto os cidadãos europeus esperam uma gestão rigorosa e responsável dos recursos orçamentais; recorda que o Parlamento Europeu se deve concentrar nas suas atividades legislativas fundamentais e não

no financiamento de programas que não tenham um impacto tangível nos europeus;

Or. en

Alteração 94
Michalis Hadjipantela

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Observa que as despesas de deslocação em serviço dos deputados e do pessoal ascenderam a 163,2 milhões de EUR em 2027 (em comparação com 116 EUR em 2026); pede uma reflexão dos órgãos do Parlamento sobre as práticas de deslocação em serviço, bem como uma revisão das regras e práticas nesta matéria, com o objetivo geral de reduzir o número de deslocações em serviço e os custos financeiros e ambientais associados;

Or. en

Alteração 95
Fabienne Keller, Joachim Streit, Lucia Yar

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Insta a Mesa a não indexar o subsídio para despesas gerais, permitindo assim poupanças significativas nos custos estatutários;

Or. en

Alteração 96
Sandra Gómez López

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Realça que os pedidos votados em sessão plenária sejam satisfeitos com a máxima prioridade;

Or. en

Alteração 97
Fabienne Keller, Lucia Yar

Proposta de resolução
N.º 21-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-B. Congratula-se com a revisão específica do Ato Eleitoral Europeu, a fim de permitir que os Estados-Membros introduzam o voto por procuração — permitindo que os deputados ao Parlamento Europeu que usufruam das regras em matéria de maternidade deleguem o seu voto em sessão plenária noutro deputado da sua escolha e permitindo que o Parlamento Europeu dê o exemplo na promoção da equidade e da inclusão institucionais; reitera, porém, o seu pedido, aprovado em sessão plenária em várias ocasiões, à Mesa para que inicie os trabalhos no sentido de os órgãos competentes procurarem encontrar uma solução técnica, que permita aos deputados exercer o seu direito de voto à distância, durante uma licença de maternidade ou de paternidade ou durante doença prolongada, devidamente comprovada, tirando partido dos ensinamentos retirados durante a pandemia sobre os aspetos técnicos de um tal método de votação;

Or. en

Alteração 98
Michalis Hadjipantela

Proposta de resolução
N.º 21-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-B. Toma nota do acórdão do Tribunal Geral do Tribunal de Justiça da União Europeia, de 17 de dezembro de 2025, que confirma a legalidade das medidas adotadas pela Mesa em 2023 relativamente ao Fundo Voluntário de Pensão dos Deputados; frisa que, embora estas medidas tenham reduzido a obrigação de prestação em 63 %, o fundo continua numa situação financeira muito frágil; espera receber informações atualizadas sobre a evolução do regime voluntário de pensão;

Or. en

Alteração 99
Julien Sanchez

Proposta de resolução
N.º 22

Proposta de resolução	*Alteração*
22. Aprova a previsão de receitas e despesas para o exercício de 2027;	***Suprimido***

Or. en